

Plenária 1 – Direitos, por Justiça Social e Ambiental

Reunidos nos dias 17 e 18 de Junho, iniciamos nossa plenária com a evocação poderosa do poder do fogo e da resistência, daqueles que lutam pela construção de um novo mundo. Diante da emergência de soluções para enfrentar a atual crise civilizacional e principalmente de construir este novo mundo que queremos, diversos representantes de movimentos sociais, populações indígenas e quilombolas, movimento negro, associação e articulação de mulheres, de jovens e crianças, movimentos ecumênicos, urbanos, rurais, atingidos por grandes obras, megaprojetos, e pelo modelo de desenvolvimento, provenientes de diversas partes do mundo, como a América Latina e Caribe, América do Norte, África e Europa, acordamos que o sistema de produção capitalista, imperialista, a concentração de poder e renda e as desigualdades estruturantes de raça e gênero, dentre outros aspectos problemáticos, são a principal causa da injustiça social e ambiental, bem como da crise na qual nos encontramos atualmente. Acordamos também que é impossível efetivarem-se todos os direitos humanos e da natureza na permanência do atual sistema econômico.

1. O sistema de produção capitalista, o patriarcado e o racismo, associados num só sistema de dominação e opressão, que por meio de sua força política e econômica mantém o modelo de desenvolvimento econômico atual e as políticas neoliberais e promovem o etnocídio de populações originárias e populações vulneráveis, exclusão das práticas e saberes tradicionais do uso da terra, recursos naturais e violam direitos;
2. Concentração de poder e riqueza, enquanto causa da pobreza e exploração das mulheres, jovens e crianças, populações indígenas, negras, quilombolas, migrantes, ciganas, residentes nas periferias urbanas e outros grupos vulneráveis e minoritários no mundo;
3. Desigualdade social de gênero, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, localização e geração;
4. Visão antropocêntrica equivocada, incapaz de ver o ser humano como parte da biodiversidade e da Mãe Terra;
5. Modelo econômico a serviço prioritariamente de grandes corporações e instituições, detentoras do poder econômico e político, descomprometido com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no mundo, a efetivação de Direitos Humanos, e de suas reais e prementes necessidades, senão apenas a acumulação financeira;
6. A mercantilização da vida, do corpo da mulher e financeirização da natureza, biodiversidade e dos bens comuns, como a água, ar, terra, mar, florestas etc;
7. A exploração histórica dos países desenvolvidos sobre outros e a expansão deste modelo explorador realizado por grandes corporações, empresas transnacionais e países que avançam no processo de desenvolvimento econômico, a exemplo do Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e China;
8. Propriedade privada da terra e a privatização do espaço público e dos bens comuns;
9. O modelo neoliberal e a cultura do consumo e hedonista;
10. Os investimentos de empresas transnacionais, bancos nacionais e o Banco Mundial em uma estratégia de desenvolvimento com uma base no modelo capitalista;
11. Criminalização das drogas, como criminalização da pobreza e da juventude;
12. Modelo de educação formal voltado para o mercado e privatização da educação, que não valoriza o desenvolvimento dos jovens e crianças, os saberes populares e não-formais, a formação cultural e cívica e a inserção destes jovens e crianças na sociedade;
13. Opção por modelo de produção de energia não sustentável, depredador do meio ambiente e com uso exaustivo de recursos naturais, como a construção de barragens, usinas hidrelétricas, formas provenientes da Geoengenharia e energias não renováveis, como o petróleo;
14. Utilização do critério de crescimento econômico como forma de medir o progresso e o desenvolvimento dos países;
15. Falta de reconhecimento, investimento e apoio aos coletivos e grupos populares de produção de pequena e média escala;
16. Concentração dos meios de comunicação por empresas de grande mídia;
17. Utilização de formas de manutenção do poder econômico e político, que utilizam violência e violam direitos, como a militarização, truculência policial, implantação de bases militares e intervenção e ocupação em países como Honduras, Iraque, Afeganistão, Palestina;
18. Especulação da indústria alimentícia, e utilização de transgênicos e agrotóxicos;
19. Privatização e apropriação dos territórios urbanos e rurais, como de indígenas e quilombolas, e a promoção de despejos forçados e violações de direitos humanos.
20. Ausência de real democracia, participação popular e existência de repressão, perseguição, criminalização de movimentos sociais.